

«A GRANDE ARTE POLÍTICA
NÃO É OUVIR OS QUE FALAM,
MAS SIM OUVIR AQUELES QUE
SE CALAM».

Etienne Lamy

A Voz de

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

PORTE
PAGO

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 713

ANO XXVII

8/2/1979

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRÁFICA LOULETANA
Rua Marechal Gomes da Costa
Telef. 6 25 36 LOULÉ

ALGARVE sem água!

— DESERTO OU CEMITÉRIO?

Disse também Deus: Faça-se o firmamento no meio das águas e separe umas águas das outras águas. (Génese, cap. I, vers. 6)

Desde o alvorecer da humanidade, a água tem sido alvo das mais desveladas atenções. Em linguagem poética, a água, símbolo de paz, é oposta ao fogo, símbolo de guerra.

Em termos mais prosaicos, lembremo-nos que o corpo humano é quase todo feito de água, numa permanente evocação da Natureza à nossa frágil condição. Nos animais, nas plantas, nos mares, nos rios, nos subsolos, por toda a parte se afirma a soberania da água.

Em toda a história da civilização a sinfonia da água está presente. É no baptismo pela água. Foi no dilúvio universal para castigar a humanidade ingrata. Foi no sofrimento do Tântalo, que a via mas não a alcançava. Em todos os lugares e em todas as épocas a presença da água se impõe. Até a lágrima é a mais poética das expressões da água.

com exclusão daquelas que são derramadas por certos crocodilos.

Se a água apaga o fogo, se a vida é feita de água, porque não há-de o amor dos homens e das nações à causa da paz ser medido pelo caminho com que a água é considerada?

A história de um povo é, não poucas vezes, a história do seu convívio com a água, da firmeza que pôs na sua procura e da coragem com que se bateu na sua defesa. E o progresso de um povo é quase sempre, o reflexo da forma como soube dominá-la, armazená-la, aplicá-la, distribuí-la e transformá-la.

Não escapou a História de Portugal ao apaixonante sortilégio da água. A epopeia dos Descobri-

(continua na pág. 4)

LEI DAS FINANÇAS LOCAIS agita turismo algarvio

Os industriais do turismo algarvio poderão temporariamente vir a deixar de entregar às respectivas Câmaras Municipais as receitas do imposto de Turismo por eles recolhidas, como tomada de posição perante as tentativas ac-

tuais de retirar totalmente à Comissão Regional de Turismo a sua quota-parte nessas receitas esvaziando-a assim dos meios para o exercício das suas funções. Tal posição poderá concretizar-se a muito breve prazo e durar pelo menos enquanto se não desfizerem as confusões em torno da interpretação da Lei das Finanças Locais.

A polémica é recente. Tudo começou com a publicação de um artigo sobre a matéria inserta pelo actual governador civil, Almeida Carapato (PS), na edição do «Jornal do Algarve» de dia 19 do corrente. Nele o autor sustenta brevemente que, competindo às Câmaras «arrecadar» tais receitas a

(continua na pág. 3)

EM MARCHA o carnaval de Loulé

Para além daquilo que se sabe, a participação de famosos carros alegóricos e de um bloco de ritmistas brasileiros, oriundos da cidade de Vitória, no aliciente cartaz do Carnaval de Loulé, vão-se averbando mais outras adesões colaborantes que nos apraz assinalar.

Temos neste caso a colaboração da Sociedade Comercial Guérin, SARL, que à semelhança do ano transacto, se prontifica organizar para a petizada, uma ginástica infantil de tractores «John Deere» (a pedais), extensivo a concorrentes dos 5 a 8 anos.

Os tractores referidos são modelos miniaturas das possantes máquinas que puxarão os carros

alegóricos e que, nesta versão, se transformam em simples brinquedos.

A realização do interessante certame que decorrerá junto ao Monumento a Duarte Pacheco, está marcada para o próximo dia 25 de Fevereiro, pelas 10 horas.

As inscrições estarão patentes no Posto de Turismo (na Câmara Municipal), de 19 a 24 de Fevereiro, durante as horas de expediente, até ao limite de 25 concorrentes.

Todos os concorrentes serão contemplados com prémios, cabendo ao primeiro classificado o «tracton», em que é feita a prova.

Há leite em excesso na zona Tor-Salir digno do melhor aproveitamento

Tanto quanto se sabe, tem o País para acudir às carências do mercado consumidor socorrido, ao que supomos ocasionalmente, a

importação de leite fresco, numa inequívoca demonstração de que a produção interna se encontra em apuros para corresponder à procura.

A conjuntura, oferece assim uma imagem discrepante de desequilíbrio, entre o sector produtivo e o sector consumidor, mais visivelmente palpável, nos grandes centros populacionais, designadamente na grande Lisboa, onde se chega a formar bichas para aquisição do produto.

No aspecto especificamente

(continua na pág. 4)

Em menos de 3 dias, o mar deitou por terra o que ainda restava do altivo Forte Novo de Quarteira.

servar as populações litorâneas e o próprio território das incursões dos corsários e da pirataria mais temerária que infestavam os mares e assolaram as povoações.

No «Roteiro Histórico Militar

A assinalar a sua duvidosa origem e talvez a pontar a sua reconstrução tinha o Forte Novo de Quarteira e fixada na sua fronteira uma lápide mandada colocar por D. João III, e referida no ano de 1553.

Ainda não há muito reconhecendo os círculos oficiais competentes do evidente significado cultural e histórico do vetusto e orgulhoso imóvel promulgaram ao abrigo do Decreto 735, de 21 de Dezembro de 1974, edifício de interesse público.

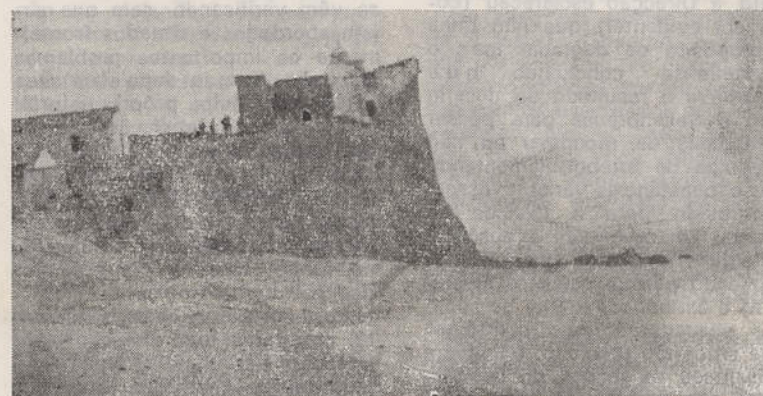
Entretanto, prosseguindo, sem obstrução e resistência a sua acção erosiva, o mar invernosu começou há anos atrás a ameaçar a colina e, simultaneamente a sua estrutura arquitectónica.

Alguns clamores se levantaram e alertaram as entidades que deviam zelar pela preservação deste tipo de património.

Ao que consta, ainda se jogaram no sopé da falésia, onde se erguia, alguns blocos de pedra, mas, pelos vistos, baldadamente.

O mar impassível, prosseguia impetuoso no seu trabalho de sapa, corroendo a proeminência geológica que o sustinha, talhando prepotente a configuração cos-

(continua na pág. 4)



Juristas do Algarve

Com o pedido de publicação, recebemos do Dr. Neves Anacleto, advogado em Lisboa, a seguinte carta de apoio ao que neste jornal se escreveu acerca da atitude de 17 juristas do Algarve:

No jornal «A Capital» e em outros jornais, entre os quais «A Voz de Loulé», li uma carta publicada sob o título «Juristas do Algarve apoiam a reforma agrária», e isto obriga-me a vir à liça para bem da verdade e do interesse nacional dos portugueses.

A «Voz de Loulé» de 4 de Janeiro declara que depois de «pensar no conteúdo do documento» lhe ocorreu três opções: ignorá-lo; publicá-lo sem comentários ou

publicá-lo com estes. E publicou-o com comentários. Fez bem. E fez bem porque tal documento devia ser publicado e comentado. Publicado para que o povo português conheça o seu conteúdo e os seus autores, e comentado para se desmascarar quem enfia uma carapuça com o fim de negar a cara.

De que cara se trata?

É certo que no manifesto se diz: Não nos move qualquer particular ideologia nem luta de classes mas sim e só o seu patriotismo e amor ao povo português.

Quem os acusou para que eles comecem por arredar a acusação acerca da motivação que os levou a alçar a sua voz pela Reforma Agrária?

Ninguém!

Foram eles mesmos que visionaram a acusação de actuarem por conta de outrem ou por conta de uma ideologia própria mas que envergonha os seus portadores.

Psicologicamente esta versão está errada pelo que optámos pela finta de se apresentarem por aquilo que não são a fim de conseguirem credibilidade para o seu proclamado «patriotismo e amor ao povo português». Este «patriotismo e amor ao povo português» é uma espécie de voto útil lançado em certos momentos por quem nos quer atraí-lo, pois haja em vista «manifestos» semelhantes que recentemente apa-

(continua na pág. 3)

«O GOVERNO TEM UM PROJECTO REFORMISTA, EMPENHADO NA JUSTIÇA SOCIAL, MOTIVADO PELOS VALORES NACIONAIS, DEMOCRÁTICO, NÃO DEMAGÓGICO, REALISTA».

MOTA PINTO

Triste fim para o Quarteirense na época presente

Perante grande expectativa, realizou-se há dias a Assembleia extraordinária do Clube Desportivo Quarteirense.

Ao abrir a sessão o Presidente da Assembleia apelou para o bom senso dos presentes, no sentido de se compenetrarem da responsabilidade das atitudes a tomar, após o que mencionou os seguintes pontos da Ordem de Trabalho:

1.º — Esclarecimento da Direcção aos sócios da situação da equipa de futebol.

2.º — Esclarecimento da situação financeira do clube.

3.º — Esclarecimento das razões porque a sede oferece hoje um aspecto de tão lamentável abandono.

Entre várias e corajosas perguntas feitas à Mesa ressaltou a mais melindrosa e de mais flagrante actualidade: vê a Direcção possibilidades de recuperar a equipa de futebol?

Um sócio até se atreveu a perguntar à Direcção se era sua intenção deixar degradar ainda mais o Clube.

A resposta foi austuciosa e habilmente contornada através de uma longa exposição em que se falou muito mas não se esclareceu coisa nenhuma.

Face a uma nova e incisiva pergunta a exigir uma resposta concreta, a Direcção esclareceu (como era evidente) que não tinha o propósito de degradar mais o Quarteirense concluindo que aguardava o resultado do decéfio com o Sesimbrense para pensar a hipótese de recuperar ou não a equipa de futebol, lamentando que circunstâncias várias tivessem contribuído para a descida da equipa. Foi salientada a ausência de alguns jogadores (mas não foi explicado porque estes se afastaram) e estranhada a falta de apoio dos pescadores, cujo contributo fora antes tão precioso. (Ninguém esclareceu as razões de desinteresse dos pescadores, cuja ajuda se estimava entre 30 a 40 contos mensais.

Claro que esse facto está bem visível aos olhos de toda a gente, pois que ele é fruto do trabalho desenvolvido pela Direcção anterior e é também consequência dos resultados obtidos pela equipa principal.

Falando de treinadores um sócio quis saber a razão porque estando o clube em situação pouco segura desde o início do campeonato, se decidiu substituir o treinador por outro que há mais de seis anos não tinha contactos com o futebol!

A Direcção considerou que essa era a alternativa que parecia mais razoável, e foi aceite segundo o mesmo critério do treinador anterior, isto é, sem terem conhecimento do seu valor mas esperanças em conseguir melhor. Na realidade, o mínimo que se pode esperar, é que as pessoas que entregam os clubes nas mãos de outras é que tenham consciência daquilo que elas são capazes de fazer.

Insegura da sua posição, muito muito astuciosamente a Direcção esquivou-se de responder claramente e sem subterfúgios às várias perguntas que lhe foram feitas acerca de que tencionava fazer para tentar recuperar uma

equipa que já atingiu o último degrau da tabela classificativa.

Embaraçada perante perguntas incisivas a exigir respostas concretas a Direcção tentou desembaraçar-se respondendo que aguardava o resultado com Sesimbrense para depois pensar o que deveria fazer, não proporcionando aos sócios a oportunidade de exprimir a sua opinião acerca do melhor caminho a seguir.

Divagando sobre as dificuldades económicas do Clube foi dito que este atravessa uma grave crise e que as paupérrimas condições da sede não estimulam melhor actividade.

Contudo foi revelada uma notícia agradável, mas que deixou os sócios perplexos: o início de negociações para compra de terreno para a construção duma nova sede!

Sem dúvida que isso será o sonho de todos os quarteirenses, mas o pior é que ninguém percebe como é possível pensar em construir uma sede com um saldo positivo de 9269\$00!

Antes de dar a sessão por encerrada, o Presidente da Assembleia formulou o seu pedido de demissão, justificando as razões porque o fazia.

Assim se assistiu a mais uma Assembleia das já muitas que se vêm verificando, sem que sejam abordados e tratados frontalmente os importantes problemas do clube, ficando depois os seus sócios (por culpa própria naturalmente, e por insatisfação), fazendo assembleias por grupinhos. TRISTE É A SITUAÇÃO DO QUARTEIRENSE! Triste efectiva, porque aquilo que transparece nos resultados obtidos, é, no fundo, fruto e consequência das estruturas frágeis ou inexistentes, em que o clube se assenta. Estruturas que direcção após direcção, não tenta arranjar, limitando-se os membros que têm passado pelas diversas direcções a se criticarem mutuamente e a criarem fossos de desarmónia que tornam impossível não só formar uma Direcção capaz, como ainda criam o divisionismo entre a massa associativa. Os resultados estão à vista. A triste imagem que a equipa de todos os quarteirenses lança nos diferentes campos onde actua, e nos diversos jornais onde o seu nome aparece. Políticas seguidas sobre o signo do capricho, onde o quero, posso e mando impera, provoca destruições num clube que deveria erguer-se em bases cada vez mais sólidas, com desenvolvimento em várias actividades, com todo o potencial humano que Quarteira está dotada. Que fazer então? Para o ano «sobe-se» dizem algumas bocas, crentes de que isso será fácil. E na realidade, é mais fácil para muitos desejar isso, que elaborar um plano a médio prazo, com vista a dotar o Quarteirense das estruturas necessárias para lhe dar as bases de apoio ao relançamento no futuro, em termos seguros do clube que agora se deixou cair.

Que haja vontade de trabalhar e capacidade directiva nos novos elementos que venham a compôr a direcção do Quarteirense, e que estes sejam capazes de dotar o clube de estruturas inseridas num

plano cujos pontos principais sejam:

a) — Recuperar economicamente a situação do clube, através de redução de despesas e incremento das receitas, com apoio de todos os sócios e iniciativas diversas.

b) — Concretizar as negociações com vista ao total e definitivo aproveitamento e utilização das instalações desportivas de Vilamoura.

c) — Instalação a curto prazo de nova sede social.

d) — Massificação acarinhada das classes iniciadas e juvenis, nas mais diversas modalidades, possíveis e compatíveis de serem praticadas.

e) — Desenvolver e fortalecer a equipa de seniores, com jogadores feitos e a fazer na terra, na sua maioria com vista a obter os resultados previstos, dentro do prazo estipulado, mas por meios seguros.

f) — Proporcionar aos sócios uma actividade recreativa, sócio-cultural adequada, a par da actividade desportiva.

São estes os votos de quem deseja e quer ver o Quarteirense crescer e ocupar a posição de relevo a que tem direito no contexto regional.

x x x

Resta acrescentar que, entretanto, o Quarteirense perdeu com o Sesimbrense por 2-0 e perdeu também com o Lagos por 3-0 o que significa que o nosso Clube continua, infelizmente, em queda vertical e com poucas esperanças de recuperação.

E no entanto ainda era possível salvar o Quarteirense do naufrágio total...

J. G.

PROPRIEDADE

VENDE-SE, a 35 km. do mar, com moinho a vento e casas em parte reconstruídas, situada perto da aldeia do Malhão (freguesia de Salir) com estrada até à entrada.

Lugar privilegiado pela sua situação. Vista panorâmica sobre larga faixa do Algarve, inclusivé o mar.

Vê-se o nascer e pôr do sol o ano inteiro. Tem cerca de 2.000 X 1.000 m. Centenas de árvores de fruto, (e sobretudo sobreiros e medronheiras e eucaliptos). Tem 3 fontes, áreas para hortas, cultivo de cereais, etc.

Possui um lindo canavial no vale.

Tratar no local ou escrever para: António Peixoto — Malhão — Salir — Algarve.

(2-2)

CARIMBOS

Executam-se na

GRÁFICA LOULETANA

Rua Marechal Gomes da Costa

Telef. 62536 — LOULÉ

LUIZ PONTES

ADVOGADO

Rua D. Paio Peres Correia,

n.º 31 — Tel. 62406

LOULÉ

CANTINHO DOS JOVENS

Autómatos de hoje

Quando alguém tem que suportar muita coisa, e se domina constantemente, e diz sim quando o seu ser grita não, e chora sem que as lágrimas corram, todo o dia, todas as noites, a todo o momento. O que é que pode sentir? Amor? Ódio? Melancolia?

Sente tudo e não sente nada, é como se morresse lentamente com o desgaste do esforço, e nascesse a cada momento num desejo louco de domínio.

Nesse instante a própria pessoa já não existe, ela faz, porque tem que fazer. Todos a obrigam a isso, destruindo-a em nome da construção do futuro.

Então não há personalidade. Vegeta-se num mundo à toa, que vagueia através do espaço. Um mundo que a qualquer hora se pode descontrolar e terminar, sem tempo nem sentido. Aliás isso pode acontecer com toda a gente. Para morrer não é necessário viver basta vegetar.

Há quem diga que a morte é vida. Talvez! Porque não? Se as pessoas morrem sem ter vivido, porque é que a morte não há-de ser a vida? Ela bem tem que existir em algum lado, de alguma forma, se não há aqui pode ser que na morte... mas a morte...

Não posso divagar. Ainda há pouco eu queria falar de outras coisas e agora estou falando da morte. Porquê? Não sei.

Eu queria dizer que para além do robot, autómato mecanizado e mecanizador, que lentamente vai conquistando a sua coroa de ouro através dos próprios homens, há quem ainda sinta muitas coisas que revoltam.

É isso. Quem sente tem que ser po força um revoltado. A vida já não é nossa. Talvez até nunca tenha sido. Hoje as pessoas me-

canizam-se e mecanizam os outros, na sociedade, no estabelecimento de ensino, no pequeno grupo de amigos, até dentro de cada um. E diariamente nós vivemos atordoando-nos uns aos outros, revoltados, sem tomarmos consciência das situações, sem união.

Todos estão assim e já quase ninguém dá conta, mas apesar dessa inconsciência mental, o problema continua alastrando-se dia a dia.

Jacinto Cardoso

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, CRÉDITO E PREVIDÊNCIA

ANÚNCIO

Para os devidos efeitos se anuncia que foi achado nesta dependência da Caixa, no dia 29/1/79 uma quantia que se entregará a quem provar pertencer-lhe, observadas que sejam as prescrições legais.

Loulé, 29 de Janeiro de 1979.

COMPRA-SE

Bicicleta de corrida ou passeio em bom estado.

Nesta redacção se informa. (1-1)

EMPREGADAS DE MESA

Precisa-se para restaurante a abrir em Quarteira.

Nesta redacção se informa.



A Vossa hernia

DEIXARÁ DE VOS PREOCUPAR!

MYOPLASTIC KLÉBER é um método moderno incomparável. Sem mola e sem pelota, este verdadeiro músculo de socorro, reforça a parede abdominal e mantém os órgãos no seu lugar,

«COMO SE FOSSE COM AS MÃOS»

Bem estar e vigor, são obtidos com o seu uso. Podereis retomar a vossa habitual actividade. Milhares de herniados usam MYOPLASTIC em 10 Países da Europa (da Finlândia a Portugal). As aplicações são feitas pelas Agências do

INSTITUT HERNIAIRE DE LYON (França)

Podereis efectuar um ensaio, completamente gratuito em qualquer das Farmácias abaixo indicadas:

FARO — Farmácia Higiene — Dia 8 de Fevereiro

PORTIMÃO — Farm. Carvalho — Dia 9 de Fevereiro

LOULÉ — Farmácia Chagas — Dia 10 de Fevereiro — somente de manhã

OLHÃO — Farmácia Olhanense — Dia 12 de Fevereiro

TAVIRA — Farmácia Eduardo Félix Franco — Dia 13 de Fevereiro — só de manhã

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — Farmácia Silva — Dia 13 de Fevereiro — só de tarde

Durante o intervalo das visitas do Aplicador, as Farmácias Depositárias poderão atender todos aqueles que se lhes dirijam para adquirir cintas.

ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

M. CONCEIÇÃO PIMENTEL

ESCRITAS DOS GRUPOS «A» E «B»

ASSUNTOS FISCAIS E CONTABILÍSTICOS

TELEF. 62867 — LOULÉ

ECOS DE SALIR JURISTAS DO ALGARVE

LAMENTÁVEL OCORRÊNCIA

Ana Paula Valério Cavaco, de 15 anos de idade, filha do sr. Duarte Mogo Cavaco e da sr.ª D. Graciete Madeira Valério, residentes no sítio da Ameioa desta freguesia e actualmente emigrantes em França veio a Salir, terra da sua naturalidade, passar as Festas de Natal e Ano Novo juntamente com a mãe, sua irmã sr.ª D. Marília de Jesus Valério, seu cunhado sr. Luis Varcarce e seu sobrinho Jean Louis Varcarce.

No passado dia 5 regressavam a França exceptuando a D. Gra-



cieta, que já havia seguido de camioneta, todos os restantes se transportavam no automóvel em que tinham vindo, conduzido pelo sr. Luis Varcarce. Já em território francês quando seguiam na auto-estrada A-10 para Paris, onde se destinavam, foram surpreendidos por forte nevoeiro dando origem a que o carro se desviasse voltando-se e caindo numa valeta com 1,5 de fundo.

Do acidente resultou ficar ferida com maior gravidade a Ana Paula, seguindo-se o sobrinho Jean Louis com fractura das clavículas e os restantes com ferimentos de pouca gravidade. Imediatamente os feridos foram transportados em ambulância ao Centro Hospitalar de Blois, Loire Cher, onde a Ana Paula foi operada de urgência por três médicos, mas o seu estado era de tal gravidade que não resistiu, vindo a falecer poucas horas depois.

Seus pais quiseram que o corpo da filha viesse repousar no cemitério da sua aldeia e assim antes de partir foi celebrada missa de corpo presente numa igreja de Paris estando o templo completamente cheio de pessoas amigas, especialmente de emigrantes nossas compatriotas.

Os pais, irmã e cunhado acompanharam os restos mortais que

vieram por via aérea até Lisboa e dali para Salir em auto-fúnebre.

Elevado número de pessoas aguardavam junto da estrada a chegada para acompanharem os restos da inditosa rapariga que era aqui muito estimada, até à casa dos pais onde ficou em câmara ardente.

No dia seguinte (dia 15 do corrente) realizou-se o funeral com missa de corpo presente celebrada na Igreja matriz pelo padre Fernando Pedro que pronunciou uma comovida homilia. Organizou-se em seguida o cortejo para o cemitério que dista um quilómetro. Muitas raparigas formando duas grandes alas transportavam coroas e ramos de flores donde pendiam fitas brancas com dedicatórias de saudade.

Os rapazes seus conhecidos e amigos quiseram em todo o percurso levar aos ombros a urna de madeira clara pulida que continha o corpo daquela que dias antes tão alegremente e cheia de vida e saúde por aqui havia passado.

Em quase todos os olhos se via escorrer uma lágrima.

O comércio incluindo os cafés, encerraram as suas portas à passagem do préstito incorporando-se também os seus proprietários nessa manifestação de pesar, que foi sem dúvida um dos funerais mais concorridos.

Endereçamos à família enlutada as nossas condolências.

C.

(continuação da pág. 1)

sáveis como se supõe sê-lo um grupo alentado de juristas.

Bem fez «A Voz de Loulé» em publicar os seus nomes que o escrito em causa diz serem de pessoas bem conhecidas que, se o não fossem, sê-lo-iam agora.

Contra eles digo, a desmentir: não é verdade que o Governo, no caso tratado no seu escrito, tenha atropelado a Constituição. E digo-o por amor à verdade e não por compezer a um Governo cujos componentes são todos meus desconhecidos.

E se falo assim, que a molhada de juristas me desminta nomeando o preceito atropelado, já que na sua catilinária não tiveram a lealdade de nomeá-lo.

Esta falsa acusação contra um Governo é estilo conhecido, e por isso de nada vale a auto defesa antecipada que os juristas fazem quando declaram que não são movidos por particular ideologia.

Mas quem os chamou à liça se não a particular ideologia que, antes do actual Governo tomar posse, já mobilizava todo o seu aparelho de falsidades e rancores contra ele?

Quando a molhada jurídica diz que «reconhecemos que era seu dever indeclinável e inadiável, tomar pública posição quanto ao momentoso problema da reforma agrária» momento que coincide precisamente com a campanha de alvoroço que o PC promove contra o Governo, já a mobilização estava em marcha.

A sintonia da publicação do escrito da molhada de «juristas» com a abertura da campanha do

PC, prova a motivação desse escrito.

Como se não bastasse o andar da carruagem para se saber quem vai nela, repare-se na coincidência do estilo comum, com o estilo da molhada:

«Por isso entendem e isso mesmo tornam público, que o Governo português deve urgentemente aceitar e praticar o diálogo construtivo que os trabalhadores da terra lhe propõem e cessar imediatamente os actos de violência e repressão que injustificadamente vem desencadeando contra os pacíficos trabalhadores...».

Ler isto e ouvir a cassette de Cunhal é igual.

Claro que se o Governo chamasse ao Tribunal os autores do escrito eles teriam de ser condenados como caluniadores de má fé, já que os tais actos de violência e repressão injustificados não passam de infames calúnias dos comunistas. Se a repressão e a violência existissem, os comunistas não teriam a coragem de vir à praça pública arengá-las. Conheço-os dos meus longos anos de luta, de conspiração, de prisões, de deportação e exílio.

Então eles recusavam bater-se ora porque não participavam em revoluções burguesas, ora porque quanto mais durasse a ditadura fascista mais o povo se preparava para a Revolução Social.

Conheço a coragem deles. bater nos fracos ou naqueles que não se defendem ou por qualquer motivo não desçam a terçar armas com eles.

Quando apanham um governo fraco, ou um governo que por princípios morais ou complexos de autoridade lhes concede liberdade desregrada, então surgem eles armados em pimpões de feira, ameaçando e caluniando quem não abraça a anarquia que desenvolvem.

Quando da sua inventona em 28 de Setembro, apareceram às portas da cidade de Lisboa com aspecto guerreiro, erguendo trincheiras e barricadas, apalpando quem passava, fazendo parar automóveis, apreendendo as espingardas que os caçadores transportavam na abertura da caça.

Mas, quando da sua revolução de 25 de Novembro, desertaram logo que souberam que o duro Jaime Neves se preparava para um rendez-vous com eles.

Agora mesmo, nesta investida de ameaças e calúnias, Cunhal tem necessidade de convencê-los que eles é que são fortes e que são a maioria:

«A força real da reacção é muito menor do que procura fazer crer, e o povo português, o movimento popular e democrático tem força bastante para barrar o caminho à reacção».

Estas palavras de Cunhal, publicadas nos jornais, li-as em «A Capital» de 17/1/79.

Cunhal, que é um deles, conhece-os bem; por isso insufla-lhes coragem para a luta em que pretende lançá-los.

Mas voltando às mentiras dos «juristas» quero informar os leitores deste jornal que os comunistas chamam violência ao facto da GNR ter obrigado, para evitar que os tractores o magoasse, a levantar-se o povo que se deitou à frente dos tractores para impedir que estes abrissem o rego da demarcação de propriedades, ou que a mesma GNR fizesse entrega aos respectivos donos, das propriedades roubadas e que não estão abrangidas pela lei sancionadora do crime.

Avisados os usurpadores das propriedades do dia em que a GNR iria fazer entrega das mesmas aos seus donos, aqueles piravam-se a fim de se esquivarem à entrega; mas a continuação deste uso e abuso levou a referida GNR a efectuar as entregas mesmo na ausência dos piranguinhos.

É às entregas assim efectuadas e aos empurrões para evitar que os tractores esmagassem os empurrados que a molhada dos juristas chama actos legais, de violência e repressão. E a que também chamam falta de diálogo. E exigem o diálogo.

Perante a berraria da falta de diálogo, que na verdade não existia, o Ministério da Agricultura marcou-lhes um dia, para o diálogo...

Que diálogo?

Tudo mentira! Não era diálogo; foi uma imposição ao Governo que os embusteiros apresentaram.

Eles pretendiam, em troca da sua anuência à entrega de reservas e a devolução de propriedades, a concessão de crédito de emergência e a expropriação de 700 000 hectares de propriedades ainda na posse dos seus legítimos donos.

Era este o diálogo construtivo que a molhada de juristas defende e agora vem exigir.

Não é sem forte náusea que releio esta exigência do diálogo construtivo.

Sendo essas devoluções actos executivos, não admitem diálogos nem transacções. Os senhores juristas devem saber isto melhor do que o povo comum, já que no seu mister a execução de uma sentença não comporta diálogos nem transacções.

Que diriam eles se, na execução de uma sentença por si requerida, o Juiz entrasse em diálogo ou em transacção com o executado?

Nada diriam? Péssimos advogados seriam, e tristes clientes seriam aqueles que lhes entregassem a defesa das suas causas.

Se isto é assim nos tribunais, mais acentuado se torna na execução de actos do Governo.

No caso em análise tratava-se de actos do Governo já decididos por este que, se descesse ao nível do diálogo ou da transacção com os executados para a sua execução, não só trairia o mandato conferido pela Nação, sua constituinte, como perderia toda a autoridade que esta lhe conferiu.

Mas a molhada de juristas fala em diálogo construtivo que os trabalhadores da terra propuseram ao Governo.

Não me detenho sem desafiar: mostrem, digam, venham aqui exibir a forma, teor e conteúdo desse diálogo proposto.

Se não o fizerem, o povo do Algarve fará o juízo sobre eles. Bem fez «A Voz de Loulé» em publicar-lhes os nomes.

NEVES ANACLETO

TRANSCRIÇÕES DO NOSSO JORNAL EM «A CAPITAL», DE LISBOA

É com aprazimento que fazemos referência a várias transcrições feitas no importante vespertino lisboeta, «A Capital», que deste modo nos distinguiu com a sua atenção.

Assim nas suas edições de 30 de Dezembro, 8 e 23 de Janeiro, últimos, o referido diário, respigou na íntegra, respectivamente, os artigos «Escola de localidade algarvia põe em perigo vida dos alunos» de L. A., «Ameaçada a reserva natural da Ria Formosa», de José Manuel Mendes e «Serviços rodoviários da CP deram fiasco no Algarve», de J. C. Viegas.

Também ainda recentemente «A Capital» transcrevera do nosso jornal o artigo intitulado «Graves problemas de Quarteira», o qual foi igualmente transcrito pelo nosso colega «Jornal do Sul», de Beja.

PRÉDIO - VENDE-SE

De rés-do-chão e 1.º andar, com garagem, na Av. José Costa Mealha.

Tratar pelo Telef. 63145 — LOULÉ.

CAMPANHA DOS NOVOS EMISSORES DA Rádio Renascença ADQUIRA TÍTULOS DE SOLIDARIEDADE



DIRIJA-SE AO SEU PÁROCO ou à Liga dos Amigos da Rádio Renascença

Av. da Liberdade, 173-5.º — 1281 LISBOA CODEX
Rua Sá da Bandeira, 766-7.º 4000 PORTO

Justificação Notarial

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

**Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva**

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º C-105, de fls. 8 a 10, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Júlio Silva Martins, e mulher, Maria Pilar Guerreiro Silva, residentes no sítio do Monte do Brito, freguesia de Alte, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio: misto, constituído por moradas de casas térreas, com vários compartimentos para habitação e dependências, e por terra de regadio, sequeiro e barrocal, com árvores, no sítio do Monte do Brito, ou Barrocais do Monte do Brito, freguesia de Alte, concelho de Loulé, que confronta correctamente, do norte e poente com Francisco da Silva, do nascente com José Neto e outro e do sul com estrada ou rua, inscrito na matriz urbana nos artigos números mil trezentos e trinta e três, e mil trezentos e trinta e quatro, e na rústica no artigo número quatro mil novecentos e oitenta e cinco, — todos eles em nome dele justificante varão — com os valores matriciais, respectivamente, de mil oitocentos e sessenta escudos, oitocentos e quarenta escudos, e setecentos e oitenta escudos, no valor global de três mil quatrocentos e oitenta escudos, a que atribuem o de vinte mil escudos, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Loulé, sob o número vinte e cinco mil duzentos e oitenta e três, a folhas cento e quarenta, do livro B-sessenta e quatro, não recaindo, porém, sobre ela, qualquer inscrição de transmissão, domínio ou mera posse.

Que este prédio lhes pertence por o haverem comprado a Dolores Gonçalves Neto, viúva, por escritura de nove de Abril de mil novecentos e setenta e três, lavrada a folhas

quarenta, do livro número A-sessenta e nove, de notas para escrituras diversas, deste Cartório.

Que, todavia, dado o disposto no artigo treze do Código do Registo Predial, esta escritura não é título suficiente para o registo.

Sucede que a referida vendadora Dolores Gonçalves Neto, era dona e legítima possuidora em exclusivo, do mesmo prédio, por lhe haver ficado a pertencer na partilha extrajudicial e não reduzida a escritura pública, dos bens da herança de José António da Silva, e mulher, Maria Águeda, que foram residentes no sítio do Monte do Brito, freguesia de Alte, deste concelho; — partilha efectuada em data imprecisa de mil novecentos e quarenta e oito;

Que desde esta data sempre

aquela Dolores Gonçalves Neto, esteve na posse pública, pacífica e contínua do prédio atrás identificado, sem a menor oposição de quem quer que fosse, até que pela citada escritura de nove de Abril de mil novecentos e setenta e três, o transmitiu a eles justificantes adquirindo-o também por usucapião; — esclarecendo por último,

Que a transmitente Dolores Gonçalves Neto, já ao tempo em que se procederam às mencionadas partilhas por óbito de José António da Silva e mulher, se encontrava no estado de viúva.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 31 de Janeiro de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

HABILITAÇÕES NOTARIAIS

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

**Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva**

Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que por escritura de 29 de Janeiro findo, lavrada de fls. 141, v.º a 142, v.º do livro n.º A-104, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi declarado que por óbito de José Vargas Cavaco e mulher, Adelaide da Conceição Vargas, ocorridos, respectivamente, nos dias 11 de Janeiro do ano findo, na povoação e freguesia do Ameixial, concelho de Loulé, onde habitualmente residia, natural da freguesia de Salir, concelho de Loulé, e 25 de Julho do mesmo ano, no Santuário da freguesia e concelho de S. Brás de Alportel, natural e residente na referida povoação e freguesia do Ameixial, que foram casados um com o outro, em primeiras e únicas núpcias de ambos e segundo o regime da comunhão geral de bens, que não

deixaram testamento, foram habilitados os seus únicos filhos:

a) José Vargas Cavaco, casado com Almerinda da Conceição Horta Cavaco, residente na povoação e freguesia do Ameixial, concelho de Loulé; e

b) António Vargas Cavaco, casado com Clementina Alves, residente em 59, Boston Avenue, North Arlington, New Jersey, 07 032, Estados Unidos da América; — ambos naturais da freguesia dita do Ameixial e casados segundo o regime da comunhão geral de bens.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 1 Fevereiro de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

VENDE-SE

Uma mula e uma carroça com todos os apetrechos (em bom estado).

Tratar com: Agostinho Martins Cavaco — Sítio da Maritenda — BOLIQUIME. (2-1)

ADMITEM-SE

Aprendizes Electricistas do 1.º e 2.º ano. Montagens eléctricas.

Resposta a este jornal ao n.º 40. (3-1)

VENDE-SE BARATO

Aeródinamo alemão, completo com duas baterias, apto para gerar corrente eléctrica para uma residência e carregar baterias de automóveis e televisão.

Trata Silvestre Henriques — Telef. 62569 — Monte Seco — LOULÉ. (2-1)

Na escuridão da vida

Porque é que te correm as lágrimas?

Não serás capaz de enfrentar a realidade que te depara. Perdeste muitas coisas porque não mais essa? Mas nunca perderás a amizade que te têm. Porque

que sofres e te sentes só? Não penses em nada que te perturbe, anda, caminha, não leves a sério, não deves deixar-te levar pelo que te faz sofrer, olha em frente e reflecte. Não estás só. Tens alguém que te ama. Pensa nele, ele merece o teu pensamento.

E ainda tens a música que te acompanha, que te deixa triste ou alegre. Fica com a bela recordação que tens do Verão e das férias. Pensa no próximo mas não te agarres muito aos pensamentos e recordações embora recordar seja viver e a vida sejam ilusões. Mesmo que olhes em frente e nada vejas, não tenhas medo.

Caminha pela escuridão. Vá, não chores mais. Não te martirizes. Não te enerves. Reage com calma, nada de lágrimas a cair por esse rosto. Não te censures, pois que culpas tens tu. Reage pela vida fora. Pensa em ti, em todos aqueles que te amam e são teus amigos. Pára; depois caminha. Não temas. Só assim poderás ser feliz. Arranja força e lado a lado, a dois:

VENCERÁIS!

ADELAIDE NOBRE

Trespassa-se

Estabelecimento de artigos de criança. Motivo à vista.

Tratar pelo telefone 62437 — LOULÉ. (1-1)

VENDE-SE

MOBÍLIA DE QUATRO

Usada, em bom estado. Informa Joaquim Paulino Santos, R. Engenheiro Correia, 17 — LOULÉ. (1-1)

FAMEL - ZUNDAPP

A GRANDE VENCEDORA DOS CAMPEONATOS

NACIONAIS DE 76, 77 E 78!

Motorizadas FAMEL - ZUNDAPP

um conjunto de confiança!

FAMEL — ÁGUEDA

(8-1)

OLHE O PERIGO DE FRENTE!



JURISTAS DO ALGARVE NOTÍCIAS PESSOAIS

(continuação da pág. 1)

receram em diversos pontos do país.

Este recentemente data do momento em que o chefe do actual governo declarou que as leis seriam cumpridas. E para a desordem, para a anarquia, para a desestabilidade, para o estrangulamento de uma pátria e morte de um povo, o inimigo, o grande inimigo, é o cumprimento da Lei.

A Assembleia da República aprovou a lei de bases da Reforma Agrária, mas logo os laiaos moscovitas juraram que a mesma não seria aplicada. Com que fundamento de que essa lei violava os interesses do «povo» e que este não consentiria na sua aplicação.

Mas qual povo? O seu, deles, laiaos moscovitas, que logo começaram a agitar o seu «povo».

E a chifreira foi tal que o Dr. Mário Soares, político capaz de dar a Pátria pelo seu, dele, ideal político, satisfaz os desejos plenos dos laiaos moscovitas, não aplicando a lei de bases quando foi Governo. E foi mais longe o Dr. Soares; foi ao ponto de, pelo Ministério da Agricultura, dar despachos sobre devoluções de terra e entrega de reservas, para mostrar ao CDS que cumpria a Lei; mas tais despachos ficaram na gaveta do Governo para contentar o PC cuja existência Soares e Melo Antunes apregoavam ser indispensável para a consolidação da Democracia.

Daqui também se deduz que nem o Dr. Soares nem o major Melo Antunes são homens da Democracia, e que esta tem de viver sem eles.

Na verdade, se o Dr. Mário Soares e o major Melo Antunes fossem homens da Democracia não apregoavam ser elemento indispensável à sua existência quem não faz e não quer outra coisa que não seja destruí-la.

A Democracia baseia-se na Lei, e logo que o Governo Mota Pinto declarou que esta teria de ser cumprida, o PC declarou-lhe guerra, erguendo a revolta contra o seu cumprimento. E aos despachos de entrega de reservas e devolução de propriedades, deixados nas gavetas ministeriais, a que o Governo Mota Pinto deu cumprimento, respondeu o PC com a revolta do seu «povo».

Quando os funcionários do Ministério da Agricultura se apresentavam numa propriedade para delimitar uma reserva, o «povo» do PC apresentava-se em grande volume com homens e mulheres a impedir essa delimitação. E quando esses funcionários, com a presença da GNR, mandavam meter o tractor à terra para fazer a demarcação, o «povo» do PC deixava-se na frente da máquina para impedir esta de movimentar-se.

Na devolução das propriedades, o «povo» do PC acorria em grande número e aí proclamava que não consentia nessa devolução.

Perante esta oposição impedida do cumprimento de ordens do Governo, o que deveriam fazer os funcionários encarregados do cumprimento dessas ordens?

Aqui pergunta-se a essa molhada de juristas: que fazer então?

Obedecer aos opositores, voltar as costas, e, de orelha murcha, ir dizer ao Governo, que o «povo» de Cunhal não consentiu a execução das suas ordens?

E a GNR, também?

Também esta teria de dizer que o «povo» do PC não consentiu na execução das ordens do Governo?

Mas então que Governo teriamos nós, portugueses?

Onde existia a autoridade? No Governo ou no PC?

Era isto que a molhada de juristas, bem conhecida no Algarve, como se diz no manifesto, queria para o seu querido povo português?

Será que essa molhada de juristas também será querida do povo português?

Bem fez «A Voz de Loulé» em publicar o referido manifesto para que o povo algarvio conheça a molhada de juristas que, se pudesse, o presentearia com uma palhçada governamental cuja autoridade seria diluída num simples toma lá...

Sendo a Lei uma norma social imposta coactivamente pelo Poder Público, o Governo aplicou-a legitimamente, dando à execução despachos que o seu predecessor não tivera tempo de cumprir.

A execução destes despachos foi inicialmente impedida pelo «povo» do PC.

Quem prevenciou? O agente legal ou quem se opunha à execução legal?

Suponham esses senhores juristas que numa acção judicial que ganharam e levaram à execução, o executado à porta de sua casa dizia ao oficial de diligências com mandado para penhorar bens nela existentes: aqui não entra, porque a casa é minha; e, à tentativa do oficial para entrar, lhe dava uma cacetada ou simplesmente lhe fechava a porta.

Trata-se aqui de um lamentável incidente; também os senhores juristas falam de «graves e infelizes incidentes» no processo da reforma agrária.

Quanto a este último e lamentável incidente que dizem os senhores juristas do panfleto se o juiz, ao ouvir do oficial de diligências o relato do que lhe acontecera na tentativa de efectuar a penhora ordenada, determinasse: não volta a repetir-se a diligência já que o executado não quer colaborar com a Justiça; archive-se o processo.

O que diriam?

Ora, diriam: então isto é que é justiça? Para que servem os tribunais? Para nada?

Para nada; não serviriam para nada.

Também o povo português, perante a atitude do «povo» do PC, diria que o Governo não serviria para nada se, perante a atitude

dos laiaos moscovitas dissesse: já que este povo se opõe às devoluções e à entrega de reservas, que não se façam umas e outras.

É para situações destas que os juristas que se afligem com a acção do Governo relativa à reforma agrária pretendem arrastar o povo português: Governo e Tribunal sem valor, sem autoridade e sem honra. O caos! O reino do crime.

Mas não é só isto que nos oferece a molhada de juristas do Algarve. Há ainda mais como se vê no seguinte trecho: «E se como juristas se insurgem contra o não cumprimento da Constituição»...

Insurgir significa revoltar-se, mas a catilinária dos senhores juristas não cheira a revolta, e ainda bem.

No entanto gostaria que os senhores juristas viessem de novo a terreno explicar ao público qual o preceito constitucional que, no caso em análise, o Governo atropelou.

Essa coisa de acusar um Governo de atropelar a Constituição é grave, sobretudo quando a acusação parte de pessoas respon-

(continua na pág. 5)

NASCIMENTO

No Hospital de Loulé, teve o seu bom sucesso, no passado dia 22 de Janeiro, dando à luz uma criança de sexo feminino a sr.^a D. Graciete Maria Guerreiro, casada com o nosso prezado amigo sr. José Fernando Caracol Guerreiro, funcionário do Banco Espírito Santo, em Loulé.

São avós maternos a sr.^a D. Maria Catarina e o sr. Manuel João Salvador e avós paternos o nosso velho amigo e dedicado assinante sr. Joaquim Miguel Guerreiro, conceituado comerciante da nossa praça e a sr.^a D. Maria José da Encarnação Guerreiro (falecida).

A recém-nascida foi dado o nome de Maria José Teodoro Guerreiro.

Aos felizes pais e avós endereçamos os nossos parabéns e muitas felicidades para a pequenita Maria José.

FALECIMENTOS

Em casa de sua residência em Loulé, faleceu no passado dia 21 de Janeiro o sr. José Fernandes Carrusca, proprietário, natural da Lagoa de Mompró (Loulé), que

contava 85 anos de idade.

O saudoso extinto era pai dos srs. Manuel Fernandes Carrusca, casado com a sr.^a D. Maria Farrajota Carrusca, residentes no Canadá e do nosso prezado amigo e dedicado assinante, sr. Humberto José Aleixo Carrusca, tesoureiro da Agência de Loulé do Banco Português do Atlântico, casado com a sr.^a D. Maria Gabriela Lopes Quintas e era avô das sr.^{as} D. Maria Farrajota Carrusca, D. Elisabete Farrajota Carrusca e da sr.^a D. Herclília Lopes Quintas Carrusca.

Faleceu há dias, em casa de sua filha, a sr.^a D. Maria Inácia de Sousa, natural de Morgado da Tor (Querença), que contava 73 anos de idade e era viúva do sr. Francisco Teixeira Pires.

A saudosa extinta era mãe da sr.^a D. Maria de Sousa Pires, casada com o sr. Francisco Pires Leonardo e das sr.^{as} D. Maria Lucrécia Sousa Pires, casada com o sr. Fernando Inácio Aleixo, D. Nidia Maria Sousa Pires, casada com o sr. Manuel Pires da Palma e do sr. Manuel de Sousa Pires, casado com a sr.^a D. Maria de Sousa Teixeira.

Após doloroso e prolongado sofrimento, faleceu no passado dia 20 de Janeiro, em casa de sua filha, em Loulé, a sr.^a D. Maria Gago Jerónimo Pinto, natural de Santa Bárbara de Nexe.

A saudosa extinta, que contava 78 anos de idade, deixou viúvo o sr. António Mendes Pinto, proprietário em Santa Bárbara de Nexe, e era mãe do nosso prezado amigo e dedicado assinante sr. Horácio Pinto Gago, proprietário, casado com a sr.^a D. Maria José Soares Pinto Gago e da sr.^a D. Maria Pinto Pereira, casada com o nosso assinante, sr. Anibal Marum Pereira, chefe da Delegação de Loulé da J. A. das Estradas de Faro e avô dos srs. Eng.^{os} Isaurino Pinto Pereira, Horácio José Baptista Pinto Gago, José Pedro Baptista Pinto Gago e D. Maria do Carmo Pinto Pereira.

As famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

AUTOMÓVEL

Ford Cortina 4 portas. Motor com 27000 Km.

Vende-se.

Informa: Rua José da Costa Guerreiro, 148-1.º, Esq.º — LOULÉ.

(3-2)

VENDE-SE

Terra e horta, frente à Central Eléctrica — Loulé.

Nesta redacção se informa.

(2-2)

PRÉDIO - VENDE-SE

De rés-do-chão e 1.º andar (frente à Ceal). Informa o próprio no local.

ARMAZÉM

Vende-se com chave na mão, no centro da vila, com área 80/90 m2 — Telefone 62515 — LOULÉ.

MECÂNICO

De carros pesados, precisasse.

Tratar pelo telefone 62482 — LOULÉ.

TERRENOS ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/ CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDE: JOSÉ VIEGAS BOTA — R. SERPA PINTO, 9 — TELEF. 62634 — LOULÉ.

CERTIDÃO

CARTÓRIO NOTARIAL DE ALBUFEIRA

A cargo do notário, Lic. Adolfo Armando Jorge Batalha

CERTIFICO narrativamente, para efeito de publicação que por escritura de 17 do corrente mês, lavrada de folhas 25 verso, a folhas 27 verso, do livro de notas, respectivo número D-20, deste Cartório, entre Carlos Alberto Guimarães Várzea, Joaquim Cristino da Cunha D'Almeida Santos e Vitor Manuel Gomes Teixeira, foi constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Art.º 1.º — A Sociedade adopta a firma «GUIMARÃES, SANTOS E TEIXEIRA, LIMITADA», tem a sede e domicílio no Poço da Boli-queime, da freguesia de Boli-queime, concelho de Loulé, podendo a gerência mudar a sede e estabelecer delegações e escritórios onde entender, e a sua duração é por tempo indeterminado a partir de hoje; Art.º 2.º — O objecto da sociedade consiste na comercialização de peças e acessórios para veículos automóveis e máquinas industriais, podendo exercer quaisquer outros ramos de actividade que os sócios unanimente deliberarem; Art.º 3.º — O capital é de 150 000\$00, representado por 3 quotas iguais de 50 000\$, uma de cada sócio, já entrado na caixa social e integralmente realizado em dinheiro; Art.º 4.º — Todos os sócios são gerentes, com dispensa de caução, e com ou sem remuneração conforme for deliberado em Assembleia Geral; Art.º 5.º — Para obrigar a sociedade são necessárias duas assinaturas de gerentes ou procuradores com os neces-

O Notário,

a) Adolfo Armando Jorge Batalha

ALGARVE SEM ÁGUA!

(continuação da pág. 1)
mentos é a heroica poesia de um povo ambicioso, onde a generosidade da entrega se enlaçou com a firmeza da determinação como refere a feliz alegoria de Fernando Pessoa — «Quanto do teu sal são lágrimas de Portugal»

Foram esses apurados sentimentos que inspiraram a preocupação de concertarmos com os países vizinhos, em todos os continentes, o diálogo em torno do melhor aproveitamento dos rios internacionais.

Foi através da água que mostramos ao mundo o nosso sentido da boa vizinhança, sempre patente na hospitalidade dos nossos litorais.

Foi a nossa ancestral largueza de vistas que fez transplantar, com corajosa dimensão, para o Cuanza, para o Limpopo e para o Zambeze, as lições na árdua vivência quotidiana do aproveitamento da água, desde o Minho, pequeno e verdejante, até ao Alentejo, extenso e árido.

E não tenhamos dúvidas do mérito da obra realizada. Praticamos com justiça a equilibrada distribuição da água. Dela aproveitaram os homens, os animais, as plantas, o progresso através da sua transformação em energia eléctrica, a aproximação entre os povos através da colaboração com os vizinhos. Mas...

A água não vem do céu. É uma dádiva de Deus e a todos pertence mas, no seu estado utilizável, ela não é infinita. As reservas aquíferas subterrâneas não podem ser indefinidamente consumidas sem que as infiltrações provenientes das chuvas reconstituam os caudais disponíveis.

O sucessivo abaixamento dos níveis aquíferos pode dar origem a desequilíbrios irreversíveis e, assim, em termos de onde sempre se extraiu água doce, começam a obter-se águas progressivamente salobras.

Generosamente contemplado pela Natureza em muitos aspectos, o Algarve não é território particularmente favorecido em recursos hídricos.

A secura das manchas xistosas da serra, apenas responde a fértil planície do litoral, precisamente a zona onde mais insistentemente se aspiram os ricos caudais acon-

chegados nas porosas entranhas da terra.

São os ricos pomares e as úberes hortas das campinas, são as populações da faixa de maior densidade habitacional e, sobretudo, é a gigantesca esponja da máquina turística, com os seus complexos e substanciais consumos de água, desde a alimentação humana até às abundantes regas dos seus exigentes jardins e relvados, passando pela proliferação de piscinas, públicas e privadas.

Perante esta enorme solicitação dirigida às reservas naturais do subsolo, o homem nada fez para acautelar o equilíbrio desse maravilhoso metabolismo que é o ciclo da água. As águas provenientes das chuvas torrenciais continuam a escoar-se para o mar, sem que qualquer obstáculo se lhes oponha e proporcione a sua infiltração. As águas residuais continuam a ser perdidamente encaminhadas para o mesmo mar, sem que qualquer tratamento as torne aptas a utilizações menos nobres que a alimentação humana, como é o caso das regas agrícolas.

Alguém meditou no que poderá ser o Algarve sem água? Pior que um deserto, um cemitério!

Enquanto o esquema de aproveitamento as águas residuais, quer barragens permaneça nos estímulos dos projectistas, urge evitar o desperdício da pouca água de que dispomos, através do tratamento as águas residuais, quer industriais, quer urbanas.

A técnica dos nossos dias proporciona numerosos processos e aparelhagens adaptadas a estes tratamentos e que permitem resolver cada caso particular.

O que não é aceitável é que, num território sob a ameaça da sede e da desolação, se continue a desperdiçar água susceptível de aproveitamento e, pior do que isso, sem dela retirar a maior parte das impurezas que a poluem o que, no estado actual da técnica, se deve fazer, pois que tal operação, numa actividade bem estruturada, deverá fazer parte integrante do esquema de funcionamento.

Quando o empresário se capacitar que, cumprindo esta exigência técnica, está, não só contri-

buindo para o bem próprio e o do seu semelhante, mas ainda para o progresso do Algarve — e isto — deve sobrepor-se a todos os lucros e comodismos, então, teremos uma economia racional e eficaz. Porque não basta produzir bens em quantidade e serviços de qualidade; é necessário produzi-los sem afectar o que é vital, como é o caso da água e até o do ar que respiramos.

A ameaça, porém, permanece. Estarão os empresários e os responsáveis da Administração dispostos a enfrentá-la?
NORBERTO R. SILVA

HÁ LEITE EM EXCESSO NA ZONA TOR-SALIR

(continuação da pág. 1)
económico da questão, a circunstância poderá explicitar-se de outra forma, e esta fornecer-nos-á o pressuposto de que a pecuária de vocação leiteira, existente no País, é insuficiente (ou deficiente?) para dar resposta às exigências pre-
valentes.

Isto é uma tentativa de explicação que não obstante, poderá não conjugar-se, vis-à-vis, com as realidades regionais, entroncando portanto nas implicações da distribuição que por seu turno, também por razões comerciais ou outras (imperfeita rede de cobertura) não assegura um desejável e equitativo serviço de aprovisionamentos.

Neste particular topámos agora com um caso frisante, que nos incumbe trazer a lume, e que, por outro lado, nos leva a pensar que estão longe ainda de esgotadas todas as potencialidades ligadas à actividade pecuária ponto é que se estabeleça uma simetria racional e expedita entre os sectores envolventes (produção, distribuição e consumo).

Referimo-nos às zonas circunvizinhas da Tor e Salir, situadas a 9 e 14 quilómetros de Loulé, onde a actividade agro-pecuária é predominantemente repartida por minifúndios.

Sucedendo então, que os agricultores dessa zona dediquem-se também à criação de gado contando

Lei das Finanças Locais

(continuação da pág. 1)

elas competirá igualmente a gestão integral (actualmente a CRTA recebe perto de 75%). Tese que vinha a ser abordada na Assembleia Distrital da passada segunda-feira, tendo mesmo o presidente da Câmara Municipal de Lagos proposto que os municípios deixassem imediatamente de entregar as receitas do imposto de Turismo normalmente confiadas à Comissão

Regional de Turismo. Os restantes presidentes das Câmaras, na sua esmagadora maioria eleitos por listas do PS, ficaram de estudar o assunto havendo neste momento já indicações da adesão de Vila Real de Santo António.

Para os industriais, esta pulverização de receitas significaria de imediato a cessação praticamente total, das actividades da CRTA, e a consequente anulação das iniciativas promocionais (funções que as entidades não poderão substituir, pelo menos a curto prazo) com reflexos negativos sobre os resultados de tão importante sector da economia regional. Para além disso, esta movimentação seria ditada por motivos eminentemente políticos (15 dos 16 presidentes de Câmara pertencem ao PS) e nomeadamente contra o próprio presidente da CRTA, Cabrita Neto, e a sua equipa — segundo o EXPRESSO apurou.

Aliás, Cabrita Neto estará indigitado para presidir à comissão executiva da CRTA reorganizada (e com poderes ampliados) por um diploma aprovado ainda pelo III Governo que aguarda promulgação e/ou publicação. Esta nomeação, bem como a de um segundo elemento (o secretário) passam a competir ao secretário de Estado do Turismo, muito embora, já no IV Governo, Lúcio Cunha tenha introduzido um aditamento referindo que essa competência seria utilizada depois de «ouvidas as Câmaras Municipais». Este projecto de reorganização da CRTA parece contar no entanto, com a oposição dos municípios algarvios, que prefeririam que a Comissão se transformasse antes numa mera organização intermunicipal, totalmente controlada a nível local.

Toda esta problemática gira apenas em torno de uma receita da Comissão Regional de Turismo do Algarve estimada para o corrente ano em 38 mil contos (líquidos) se se conseguirem implementar as medidas previstas de apoio daquele órgão regional quanto à fiscalização da cobrança. No entanto, é com base nesta receita que a CRTA funciona, promovendo conjuntamente o turismo de toda a região; outras receitas dizem apenas respeito a «eventuais subsídios» do Governo (pouco mais de 5 mil contos em 1978).

Cumprir recordar que da totalidade das receitas do imposto de Turismo o Governo arrecada 20%, as Câmaras Municipais 4%, entregando estas os restantes 76% à Comissão Regional de Turismo.

Contactado pelo EXPRESSO, o presidente da CRTA, Cabrita Neto escusou-se a prestar declarações sobre esta matéria «no momento actual». No entanto, instado sobre eventual próximo pedido de demissão, adiantou-nos que não o fará «por respeito pelos que comigo trabalham e me têm apoiado nestas funções, como os industriais, os agentes de viagens, etc., e também para comigo próprio».

Do «EXPRESSO»

J. C. VIEGAS

POR ÁGUA ABAIXO O FORTE NOVO DE QUARTEIRA

(continuação da pág. 1)
teira e servindo cada vez mais espaço sólido.

O Forte Novo, que resistiu às arremetidas e assédios de guerra, cumprindo assim desígnios dos seus construtores, baqueou por fim ingloriamente sob a força hostil dos elementos...

Melhor dizendo, desapareceu o que dele restava, a fachada principal de acesso, no passado dia 28 de Janeiro, porquanto, grande parte da sua mole já havia sido tragada pela voragem das marés.

Mas ficamos indecisos. Não sabemos a quem atribuir responsabilidades por mais este revés no património monumental, se à violência cega da Natureza, ou à negligência dos homens, tanto mais que julgamos existir uma instituição devotada à salvaguarda destes preciosos espólios de antanho. Referimo-nos à Junta de Edifícios e Monumentos Nacionais, que superintende estes assuntos.

No transacto dia 27, estiveram no local integrados na Comissão Pró-Museu de Loulé numa tentativa vã de recuperar o pórtico manuelino e a lápida antes aludida.

Ante a iminência da derrocada não seria indicado a desmontagem do pórtico, mas tornar-se-ia viável ainda assim, a recolha da lápide.

Para contrariedade, verificou-se que alguém já se antecipara, e pilhara do lugar a preciosa inscrição...

Pela segunda vez, a dita Comissão fora lograda por um furti-

vo coleccionador, que fez mão baixa destas veneráveis relíquias.

A primeira vez, não muito antes alguém se apossara do relógio de sol, incrustado numa das paredes interiores do Convento de Santo António, em Loulé...

Deste modo, à rapacidade das intempéries há que juntar e contar com a cupidez de inescrupulosos rapinantes, que ao fim e ao cabo se concluíram numa obra delapidadora e cúmplice.

Para já, lamentavelmente, o Forte Novo de Quarteira foi por água abaixo... e sem ele, o património nacional, ficou mais pobre!

J. C. Viegas

DESEJA ADQUIRIR UMA CASA PARA HABITAÇÃO?

INSCREVA-SE NA COOPERATIVA NACIONAL DE HABITAÇÃO «A COOHABITA»

CONSTRUÇÃO SEM LUCROS
AMORTIZAÇÃO SEM JUROS

Informações na Casa Luauto, Lda., na Av. José da Costa Mealha, n.º 37 — LOULÉ.

(3-2)

A TÉCNICA ESTÁ AO SERVIÇO DA AGRICULTURA PARA A TORNAR MAIS RENTÁVEL

Por isso os agricultores devem contactar com os técnicos da LUSOVEMA para melhor se aconselharem a resolver os seus problemas de águas.

Temos: Grupos electrobombas de alta e média pressão, bombas elevatórias para construção civil, submersas, verticais e horizontais e também novidades em aparelhagem para captação e tratamento de águas. Material eléctrico.



Faça uma visita às instalações da

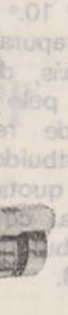
LUSOVEMA

Av. Marçal Pacheco
Telef. 62233

(Urbanização Sul)
LOULÉ

Sede em Lisboa:

Av. João XXI, 6-r/c, Dt.º — Telef. 889125/6



(5-3)

CANTINHO DA CRIANÇA

SECÇÃO DE E PARA A CRIANÇA

A CRIANÇA NO CENTRO DAS ATENÇÕES

Com satisfação constatamos que tu, criança, andas no galarim da Informação, portanto nos Jornais, na Rádio e na Televisão.

Por outras palavras, és tu que inspiras as manchetes (títulos de letras grandes) mais poéticas e os temas (assuntos) mais nobres dos adultos, isto é daqueles que são crescidos e que te devotam afeição incondicional.

Mas, não só nos órgãos de comunicação tu ocupas um lugar destacado. Também, em plena Assembleia da República, onde uns senhores (os deputados) representam o Povo, estiveste em foco e te tributaram as melhores atenções, logo na primeira sessão de 1979, que é o Ano Internacional da Criança.

Pois a propósito deste Ano — que é teu e de todas as crianças do mundo — os deputados apoiaram por unanimidade (todos, em geral), a declaração dos teus direitos universais.

Eis os mais citados:

- Afeição, amor e compreensão;
- Alimentação adequada e cuidados médicos;
- Instrução gratuita;
- Oportunidade para brincar e jogar;
- Um nome e uma nacionalidade;
- Cuidados especiais se é diminuída;
- Receber socorro em primeiro lugar em ocasião de desastre;
- Aprender a ser membro útil da sociedade e a desenvolver as suas capacidades individuais;
- Ser educada em espírito de paz e fraternidade;
- Gozar destes direitos sem

olhar à cor, sexo, religião e origem social ou nacional.

Se todos se convencessem que destes direitos, aqui e em toda a parte, estamos certos que serias mais feliz neste nosso mundo em que vivemos.

Mas os direitos, acima escritos, são como uma candeia que vai à frente e alumia duas vezes.

Na escuridão é que se não poderiam dar os passos certos.

J. C. Viegas

ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

PRIMEIRO DOMINGO DE 1979 — LOULÉ

A notícia de que ia haver um espectáculo para crianças no cinema de Loulé, correu toda a vila. Claro que eu também soube! E lá fui!

O cinema de Loulé estava em festa! Estavam tantos meninos! Alegres! Sorridentes! Felizes! Até o meu coração ficou tão contente como o dos outros meninos! Havia meninos de toda a parte de Loulé. Havia pobres, ciganos pequenos, grandes... Eu sentia-me tão feliz por ver tantos meninos com a alegria nos olhos! Estávamos todos em festa!

O ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA COMEÇOU BEM!

Obrigada, em nome todos os meninos ao rancho folclórico de Loulé.

Obrigada, em nome de todos os cido a sala de cinema.

Obrigada por nos terem dito

que nos vão dar muitos espectáculos este ano — Ano Internacional da Criança.

Isabel Cristina Viegas de Sousa
11 anos

(Escola Preparatória de Loulé)

POESIA

Começa o sol a brilhar
ao romper da madrugada.
Os pássaros a contar
após uma noite gelada.

Após uma noite gelada
de tanto frio e temor.
Aparece de uma olhada
um dia cheio de calor.

Um dia cheio de calor
e eu cedo me levanto
para ouvir com fervor
o rouxinol no seu canto.

O rouxinol no seu canto
alegremente no ninho.
Eu fico mudo de espanto
com aquele tal passarinho.

Com aquele tal passarinho
que se prepara para voar.
Que grande viagem amiguinho
pelo mundo, pelo mar...

Pelo mundo, pelo mar
lá vai ele, tão sozinho!
Foi o que me fez alegrar
neste meu tão triste ninho.

Paulo Manuel Bota da Silva
12 anos

(Escola Secundária de Loulé)

Armelim Contreiras & Gonçalves, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria Odília Simão Cavaco e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 16 do mês corrente, lavrada de fls. 149, v. a 150, v., do livro n.º C-56, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi dissolvida a

sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua Diogo Lobo Pereira, s/n.º, desta vila, com a firma de «Armelim Contreiras & Gonçalves, Lda.», partilhados os haveres sociais, encontrando-se devidamente aprovadas as contas sociais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Janeiro de 1979.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

Mendes & Pinto, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 29 de Janeiro findo, lavrada de fls. 146 a 147, do livro n.º C-104, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi dissolvida a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede na Rua de Nossa Senhora da Piedade, n.º 132, desta vila e freguesia de S. Sebastião, com a firma

«Mendes & Pinto, Limitada», dada como liquidada, encontrando-se devidamente aprovadas as contas sociais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 1 de Fevereiro de 1979.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

COMPRO

Ouro, pratas, relógios de bolso antigos e moedas. PAGO BEM.

Ouriversaria Dinis — Telf. 65527 — QUARTEIRA.

(12-4)

FOLHETIM «AS MOURAS ENCANTADAS E OS ENCANTAMENTOS DO ALGARVE» Pelo Dr. Ataíde Oliveira

Só conheço um sítio semelhante: é o Penedo da Meditação, em Coimbra, com a diferença de que a Fonte Cassima nos desperta ainda mais recordações... e mais saudades!

*
* *

No dia seguinte dirigi-me a casa da senhora Maria do Carmo, uma velhinha quase cega e mãe da actual rodeira. Expus-lhe sem rodeios o fim da minha visita e consegui convencê-la da seriedade dos meus intentos.

— Visto que deseja saber tudo para bom fim, sempre lhe direi que há mais do que supõe. Aqui bem perto, no prédio do sr. Assis, da Goncinha, está encantada uma formosa moura, e lá mais abaixo no prédio do sr. Luís Assis está encantado um jovem mouro. São primos. Seus pais, que eram irmãos, queriam que eles se casassem um com o outro, mas nem ele nem ela estiveram pelo contrato, e os pais desesperados encantaram-nos. Ainda hoje há reuniões de muitos encantados lá em baixo na sala, sete varas sob o prédio de D. Victória Faísca, onde comparecem os dois primos. Falam-se, mas não se amam. Na parte do castelo chamada a porta de Miradela (?) está também encantada uma tia da jovem moura, só no intuito de dar companhia à sobrinha, que é a sua única alegria.

— Quem contou à senhora Maria do Carmo tudo isso?

— A mesma pessoa que me ensinou o Padre Nosso, a minha mãe. Soube-o ela de sua mãe, e esta de seus avós. E isto sabe-o por aí muita gente, por ouvir também aos seus avós.

— Por essa forma estou a ver que em Loulé há subterraneamente outra vila encantada.

— Loulé é freguesia. Não calcula aproximadamente o que por aí há. No Torrejão estão encantados mãe e filho. Em uma ocasião passou por ali certa mulher acompanhada de um filho, criança. O pequeno ia um pouco atrás da mãe, e viu uma esteira de figos ao sol, quase ao pé duns restos do antigo casarão. Tirou a criança dois figos da esteira e correu para a mãe, mostrando-lhe os figos. Quando chegou ao pé, os figos tinham-se transformado em peças de bom ouro. A criança contou à mãe o que lhe sucedera, e esta acompanhou o filho ao lugar. Não viram já nem esteira nem figos.

— E não estava alguém ao pé da esteira? — perguntou a mãe ao filho.

— Estava um menino do meu tamanho com um gorro na cabeça, respondeu a criança.

Há no sítio do Vale, no moinho da mesma designação, um casal de mouros encantados. Os meus avós não sabiam qual fora o motivo deste encantamento, e limitavam-se a afirmar que os encantados são riquíssimos, mas de difícil desencanto.

— Porquê?

— Porque para o seu desencanto é mister que haja uma jovem que, tendo comido pão amassado em água tirada da fonte em noite de S. João, a ela oferecido por duas pessoas do sexo feminino e por um cavaleiro virgem, vá ao sítio desencantá-los; ora cavaleiros virgens só conheço os padres, e estes... não acreditam em encantamentos.

— E esses mouros têm sido vistos?

— A moura, não há muito tempo, apareceu à filha do sr. José das Almas, e fê-la cair do jumento em que montava.

— Como a fez cair?

— Caminhava a rapariga no seu jumento, apareceu-lhe a moura, que prontamente enleou as pernas do animal na cauda dos seus vestidos. Em Apra...

— Pois também em Apra há mouras encantadas? — perguntei realmente surpreendido.

— Sim, senhor.

— Isso é impossível.

— Porquê?

— Toda a gente me diz que as mouras encantadas eram formosas e gentis...

— E então?

— Toda a gente sabe que Apra é o sítio de Loulé onde há caras mais feias.

A senhora Maria do Carmo não gostou da minha observação. Mudou imediatamente de assunto e pretextando uma qualquer doença, despediu-me em termos hábeis. Conheci que andara mal, mas sem remédio. Saí da sua presença e fui falar à senhora Maria da Glória, já minha conhecida. Poucas novidades me deu esta velhinha, na sua avançada idade de oitenta e tantos anos. Da moura Cassima contou-me o que eu já sabia.

O Governador Civil de Faro quer acabar com a Comissão de Turismo?

A fim de clarificar alguns problemas resultantes da recente Lei das Finanças Locais, o Governador Civil de Faro promoveu uma conferência de imprensa, que se efectuou no dia 30 de Janeiro.

As nossas ocupações profissionais não nos permitiram corresponder ao convite que nos foi endereçado, mas sabemos que aí se denunciaram alguns erros de interpretação acerca de uma Lei que veio provocar uma «pequena guerra» entre as Câmaras do Algarve, que cobiam a choruda receita do Imposto do Turismo e a Comissão Regional de Turismo do Algarve que, apartidariamente, defende os interesses da nossa Província e cuja obra já realizada e programada a crediam como uma entidade insubstituível na promoção de toda uma província virada ao Turismo.

As Câmaras sabem perfeitamente que não têm vocação para fazer turismo e que não têm nem estruturas, nem capacidade, nem gostores qualificados.

No fundo, o que está em causa é um problema político. E o resto só não é paisagem porque o que interessa às Câmaras são as chorudas receitas e acabar com a C. R. T. A., muito embora o Dr. Carrapato diga exactamente o contrário.

Mas se as Câmaras querem administrar a seu bel prazer as finanças locais para fazer obras semelhantes às realizadas no Ameixial, mais vale limpá-las as mãos às paredes para não borrrarem a escrita...

De notar que o Dr. Carrapato até acentuou que a posição tomada pelas Câmaras (aliás apenas algumas) corres-

ponde inteiramente a uma fundamentação técnico-jurídica, o que aliás não corresponde à verdade, pois a C.R.T.A. interpreta-a de maneira oposta.

Na opinião do Dr. Carrapato, o imperativo da nova lei não significa que seja extinta a C. R. T. A., que tem receitas próprias, que não são os municípios, e que tem outras atribuições e competências, além da execução do plano de obras.

A terminar, o sr. Dr. Almeida Carrapato esclareceu que não há a mínima intenção de extinguir a C.R.T.A., que prosseguirá nas suas tarefas específicas, através de outras receitas.

...Só que o Dr. Carrapato não especifica que receitas, pelo que apetece perguntar se uma Comissão deve existir com receitas das licenças de cães.

Que as receitas provenientes do turismo devem ser gastas com turismo é opinião unânime dos gestores dos empreendimentos turísticos que, em bloco, apoiaram a C. R. T. A. em reunião recentemente realizada em Albufeira e onde foi reconhecida a obra verdadeiramente válida e dinâmica promovida por aquela entidade.

Do que se concluiu que o objectivo do Dr. Carrapato é matar a galinha dos ovos de ouro...

PEDAÇOS DE VIDA

texto e presença de JOSÉ MANUEL MENDES

OS POETAS CHORÕES

Hoje, gostaria de trazer-vos a charla puritana daqueles que nasceram poetas, e nos quais a poesia salta e esguincha a cada pulsar do coração. Gostaria de poder enfeitar este cantinho do jornal com os manjericos e as manjorinas das janelas da sensibilidade que se abrem em todos aqueles, para os quais a poesia não é um vão desejo de dizer que se é poeta nem uma vaidade de proclamar poesia aquilo que o não é, nem nunca foi, nem nunca passou da mera vontade, triste frustração, de querer ser poeta, sem o ser.

Triste frustração, porque os poetas não necessitam de se afirmar poetas. A poesia, onde existe, exala por si própria o aroma fino e delicado que distingue o jardim literário do deserto pretensiosista.

A poesia onde existe, gorgoleja como um olho de água, vibrante e incandescente, furando e des-

cobrimdo-se pelas fendas mais íntimas da montanha imensa de contradições que somos, cada um de nós.

A poesia, meus amigos não é saltar para o terreiro das atenções e agita-la como quem agita um panfeto. Não é bajular a memória dos vivos ou dos mortos, e ficar esperando os dividendos, como quem recebe lucros de um investimento. E não é tão pouco, usar o recurso à choraminga bacoça de embalar os corações das almas mais desprevenidas.

Vem isto, a propósito, meus caros leitores, de uma cara que vi por um destes dias na televisão, e que sei não valer nada, não ter um mínimo de seriedade nem de capacidade, e que, por entre um trá-lá-lá da demagogia e patuá barato, se infiltra serpenteando em todos os lados, em todos os meios, em todas as evidências e em todo e qualquer regime que lhe alimente a petulância, e o ar farto e barbudo de ser alguém.

Personagem tanto mais grave, quanto se julga e se afirma ser um poeta. E por tal forma insulta com a sua presença peçonhenta todos quantos realmente o são, que essa criatura, com a pouca vergonha e o descaramento que o Criador se calhar lhe deu e alimentou o vício escabroso, se presta a dar recitais em terras que não lhe pertencem, no meio de outros medíocres como ele, e que assim se vão autopromovendo e autoproclamando a sua ciência vácuca de escritores do desperdício.

É que, o facto dessa pelintra figura se intitular de escritor — como quem diz do mal o menos — é, no mínimo, tolerável. Escrevinhadores, é bicho que não falta por aí. Mas agora, andar a bandear-se e a fazer figuras de pavão, só porque um dia pagou do seu bolso, aquilo que ninguém lhe comprou, ou seja, um amontoado de choradinhos de péssimo gosto, a que teve a coragem de chamar poemas — isso é, no máximo da nossa boa vontade, um crime de lesa-cultura.

É que, se esse sujeitinho, dá entrevistas para a rádio ou aparece na televisão, e invoca uma pseudo-qualidade que não tem, para se exibir em chás de «cultura», isso constitui uma flagrante injustiça para muita gente nova, talentosa e sedenta de aspiração, que por aqui anda encolhida por falta de dinheiro, ou o que é mais grave, pela falta de oportunidades que a clique destes senhores poetas chorões abusivamente ostenta e manipula a seu bel prazer.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

(Conclusão do n.º anterior)

Longo, demorado e difícil foi o caminho percorrido. Mais de dois anos passaram desde que o problema foi levantado pela primeira vez na Assembleia da República e 20 meses foi o tempo durante o qual se arrastou a discussão do Projecto de Lei do PSD que visava a criação da Universidade.

E o facto é que uma decisão indiscutível e que devia ser facilmente aceite por todos, além da discussão de aspectos de pormenor, deparou do primeiro ao último dia com uma série de obstáculos e posições que indiscutivelmente transformaram este projecto de lei num dos mais demorados e controversos desta Assembleia, pois o sim, o não e o talvez andaram permanentemente de mãos dadas, chegando mesmo a estar iminente a sua rejeição.

Primeiro, foram o PS e o CDS que, na Comissão de Educação, com argumentos diversos votaram contra a criação da Universidade do Algarve, referindo nomeadamente que o Ensino Curto era suficiente.

Depois, a demora e o relativo desinteresse com que, após a data da discussão na generalidade (5 de Maio de 1978) foi encarada a discussão na especialidade, que se poderia ter feito rapidamente, como aliás o Partido Social Democrata pretendia, e que só acabou por se verificar 8 meses depois daquela.

Mas não terminaram aqui as surpresas. Já na parte final surge o PCP com uma proposta para que no Algarve se criasse um instituto Universitário e não uma Universidade. Mais debates, algumas dúvidas aqui e ali, mas a proposta acabou por ser retirada, ficando definitivamente assente que se criará a UNIVERSIDADE.

Por último, o problema do prazo limite para o início da entrada em funcionamento dos primeiros cursos. Entendia, e continua a entender, o Partido Social Democrata que, independentemente da fixação de prazos intermédios, era fundamental que se estabelecesse desde já, e na lei, o ano lectivo em que obrigatoriamente os primeiros cursos teriam o seu início. Isto é, se fosse possível os cursos começarem antes dessa data mas nunca a poderiam

ultrapassar, procurando-se assim impedir adiamentos e permitir também que, a nível local, a juventude pudessem, desde já, fazer uma certa previsão sobre o seu futuro.

PCP, PS e um CDS dividido, não entenderam assim e atribuíram essa decisão à Comissão Instaladora e ao Governo. Confia no entanto, o Partido Social Democrata no bom senso, sentido de responsabilidade e esforço dos que tiveram de tomar tal decisão, até porque a discussão que o problema suscitou só por si já lhes cria particulares responsabilidades. Mas que era mais seguro o estabelecimento de uma data limite isso é indiscutível.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, isto já faz parte da história, e o importante a assinalar é que a Universidade do Algarve passa a ter existência legal, com sede em Faro, podendo ainda abrir estabelecimentos noutras localidades. O importante é que todas as forças políticas, sociais, económicas e culturais tomem um efectivo empenho na concretização e consolidação de mais este centro do aprender, do investigar, do saber e do crescer.

O que é preciso, ao fim e ao cabo, é que todas as forças representativas saibam estar à altura das necessidades e aspirações da população algarvia, a quem se fica a dever, em primeiro lugar, a conquista da Universidade do Algarve. Uma população pertinaz e sagaz, desde sempre abandonada a si própria mas que nem por isso deixou, e jamais deixará, de lutar pelo crescimento e desenvolvimento a que o Algarve tem direito não se subordinando por isso a quaisquer jogos políticos ou oportunismos de poder, antes procurando salvaguardar a sua cultura e potencialidades naturais como suporte indispensável de um futuro que todos estão dispostos a construir na base do progresso e da justiça.

CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Artigo 1.º — 1. — É criada a Universidade do Algarve, com sede em Faro;

2. — A Universidade poderá abrir estabelecimentos noutras localidades.

Artigo 2.º — 1. — Será constituída uma Comissão Instaladora, cuja composição terá em conta a necessidade de integração e coordenação da Universidade do Algarve no Plano Geral e estabelecimentos de Ensino Universitário e as realidades e necessidades de desenvolvimento sócio-económico e cultural da região, devendo a maioria dos seus membros ser conhecedora da respectiva problemática;

2. — A Comissão Instaladora tomará posse no prazo de 90 dias após a publicação da presente lei, no Diário da República;

3. — A Comissão Instaladora exercerá as suas funções por um período de quatro anos, prorrogável por mais dois.

Artigo 3.º — 1. — Compete à Comissão Instaladora, ouvida a Assembleia Distrital de Faro, apresentar ao MEC uma proposta de estruturação, instalação e plano de cursos, bem como da localização dos estabelecimentos a criar, no prazo de um ano após a sua nomeação;

2. — O plano de cursos, terá em conta, as características, potencialidades e necessidades da região e do País, nos aspectos económico, social e cultural;

3. — Na proposta referida no n.º 1 a Comissão Instaladora indicará o ano lectivo de início dos primeiros cursos.

Artigo 4.º — O Governo tomará as providências que entender convenientes para a execução da presente lei, em especial facultando todas as informações e meios à Comissão Instaladora, com carácter de urgência.

DR. CARRAPATO:

Um endémico Governador de Província do Partido Socialista

Inserida na edição de 4 de Janeiro deste ano, do nosso conceituado colega «Correio do Sul», veio a público uma carta ao director daquele semanário, Dr. Lyster Franco, da autoria do dr. Almeida Carrapato, conhecido e demorado Governador Civil do Algarve que, ao referir-se às figuras dos conhecidos e distintos louletanos Mendes Cabeçadas e Duarte Pacheco, escreveu o seguinte:

«O primeiro, se morreu democrata foi um dos obreiros do 28 de Maio, e o segundo foi endémico Ministro de Salazar. Tudo para esquecer!» E, com uma convicção fora do comum, «decreta» o Senhor Governador:

«O nome de Duarte Pacheco em dois locais de Faro era demais, pois este foi endémico Ministro do fascismo». Pelos vistos o sr. Governador anda muito necessitado de queijo, para conseguir esquecer tanta coisa. O Dr. Carrapato, com esta sua lição de amnésia, dá-nos assim um triste exemplo do que tem sido, e, pelos vistos, continua a ser, a intolerância e o sectarismo dos po-

líticos de pós-Abril. Não cremos Senhor Governador, que seja com o esquecimento, e com o obscurantismo, ainda quando este se limite à mudança dos nomes toponímicos, que se esteja a prestar o melhor serviço à História de um País, e de um Povo. Não é com a destruição e o esquecimento dos homens que construíram (bem ou mal) o passado, que se pode fazer obra de valia na construção do futuro. Isto, porque, Senhor Governador, se Duarte Pacheco foi um endémico Ministro do fascismo, a obra admirável que tão precocemente deixou, são um símbolo ainda hoje vivo e actual, que se afirma mesmo aos olhos cegos e alienados dos que tudo querem esquecer. Isto, porque, Dr. Carrapato, nós gostaríamos muito de nunca o esquecer a si, em reconhecimento pelas obras que porventura realizasse durante o seu consulado político, ainda que Vossa Excelência fosse, como é, um endémico Governador de Província do Partido Socialista.

J. Duarte Mascarenhas

